

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

AUXÍLIO-NATALIDADE

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	<i>Desembargador do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho; Email: encarregado.lgpd@trt7.jus.br; Formulário Eletrônico disponibilizado na Ouvidoria do Tribunal; Endereço para correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE; Telefones: 0800.280.1771/ (85) 32249639 / (85) 3388-9308 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) Contato presencial: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i>
Endereço e Telefone do Tribunal	Av. Santos Dumont, 3384 Aldeota - Fortaleza/CE CEP: 60.150-162 Telefones: (85) 3388-9400 (85) 3388-9300
Sítio institucional sobre a LGPD	www.trt7.jus.br/lgpd
Centros de Tratamento	<ul style="list-style-type: none">• Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região: Av. Santos Dumont, 3384 - Aldeota - Fortaleza/CE; Edifício Anexo II do Tribunal - Andar 8º

Finalidade do tratamento	<i>-Processar requerimento de auxílio-natalidade que é devido ao servidor ou à servidora por motivo de nascimento de filho</i>
Enquadramento legal	<i>- art. 196 da Lei nº 8112/1990 <u>-art. 7º da LGPD</u> (...) <i>IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;</i></i>

	<p>(...) Ato TRT7 nº 303/2015 Ato TRT7 nº 74/2020</p>
Titulares dos dados	<i>servidoras ou servidores e de sua esposa ou companheira (com união estável) e o recém nascido</i>
Categoria de dados pessoais	<p>Os dados pessoais que serão solicitados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>nome completo, e-mail, telefone, RG, órgão emissor e CPF do(a) servidor(a).</i> - <i>Certidão de nascimento da criança.</i> - <i>Se requerido pelo servidor, anexar declaração de que a esposa/companheira não é servidora pública federal.</i>
Categoria de destinatários	<p>Os dados pessoais, que constam nos arquivos digitais, não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas. Os documentos digitais anexados só podem ser visualizados pelos participantes do processo, conforme dispõe o Inciso I, do §2º, do Art. 8º, do Ato 303, "O acesso restrito", é limitado às partes e à unidade detentora do processo, deve ser utilizado nos documentos que digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, tais como atestados e laudos médicos, certidões de nascimento e de casamento, escrituras públicas de união estável, atestados de antecedentes, declaração de bens, entre outros, nos termos do inc. I do § 1º do art. 31 da Lei 12.527/2011. Para consulta externa é preciso que o processo/documento seja compartilhado/autorizado pelo Tribunal. É necessário realizar o cadastro do usuário externo.</p>
Transferência internacional	<i>Não.</i>
Prazo de conservação	<i>Prazo indeterminado.</i>
Medidas de segurança	<p>As medidas de segurança implementadas correspondem com as previstas nos seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u><i>Política e normas complementares de segurança da informação do TRT7;</i></u> • <i>Política de Privacidade e Proteção de Dados</i>

Pessoais do TRT7.

- *DECRETO N° 9.637/2018 que institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação.*
- *Norma NBR 27001/2013 - esta Norma especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização. Esta Norma também inclui requisitos para a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização.*
- *Norma NBR 27002/2013 - esta Norma fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização.*